

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DE FAMÍLIAS EM LUANDA E MAPUTO

Ana Bénard da Costa
Cristina Rodrigues *

Resumo: Tendo verificado em investigações anteriores que as estratégias de sobrevivência e de reprodução de famílias que habitam a periferia de Maputo e de Luanda passam pela dispersão económica e espacial dos seus membros e pelo estabelecimento de relações de solidariedade com grupos sociais mais abrangentes, esta comunicação faz uma introdução a esta problemática, questionando os conceitos de família, estratégia e estratégias de sobrevivência e de reprodução na sua aplicabilidade ao universo de análise.

Palavras-chave: África, Maputo, Luanda, Família, Urbano, Estratégias, Sobrevivência, Reprodução, Agregado.

1. CONCEITO DE FAMÍLIA

Ao pretendermos fazer um estudo sobre estratégias de sobrevivência e de reprodução de populações que habitam os bairros periféricos de Maputo e de Luanda, um dos problemas fundamentais com que nos debatemos é o da escolha da unidade de análise.

Em trabalhos anteriores (COSTA,1995) constatamos que a unidade de análise utilizada normalmente neste tipo de investigações – o agregado familiar¹ – era insuficiente e as estratégias de sobrevivência e reprodução desenvolvidas e as práticas que lhes estão associadas, implicam outros actores que por definição não fazem parte do agregado familiar.

Entender as estratégias de sobrevivência e de reprodução das famílias, passa por compreender a multiplicidade de relações que estão na sua base e que com elas se desenvolvem (ou não) e por delimitar uma unidade de análise suficientemente abrangente que possa incluir, por exemplo: o homem que não vive com a mulher, nem partilha com ela cozinha ou rendimentos, mas que a visita com regularidade e que com ela tem filhos; parentes mais velhos, residindo noutros locais, que continuam a exercer o seu poder sobre as estratégias matrimoniais; o filho, que devido a estratégias de promoção social da família, foi residir por vários anos com parentes afastados noutras localidades e eventualmente esses mesmo parentes, já que todos cooperam para a concretização da referida estratégia; os tios que continuam a residir na “terra da família” ou os antepassados aí enterrados, que mantêm “vivo” este fundamental referente de coesão que pode explicar a manutenção de uma unidade social concreta, apesar da sua dispersão.

Se o conceito de “household” tem limitações, o conceito de família surge como alternativa, mas não deixa de colocar igualmente alguns problemas. Se definirmos a família estritamente em termos genealógicos e de paren-

¹ Centro de Estudos Africanos, ISCTE.

² BRYCESON define agregado familiar (household) como: “(...)uma identidade colectiva formada por um grupo de indivíduos unidos pelo acesso comum a recursos e partilhando uma ou mais das seguintes características: um orçamento comum resultante de uma menor ou maior partilha de rendimentos, uma cozinha comum e/ou residência comum.” (BRYCESON,1995:39) tentando ultrapassar as limitações - constatadas nomeadamente por YANAGISAKO (1979:164) - das definições “clássicas” - por exemplo a de BENDER, (1967:493) - que consideravam a co-residência como referente principal deste conceito. Esta definição possibilita, de facto, uma visão mais dinâmica dos agregados familiares, pois coloca diferentes dimensões em alternativa, mas não deixa de ser, por um lado, demasiado redutora da realidade e por outro lado, demasiado abrangente. Nesta definição o agregado familiar é, fundamentalmente, definido do ponto de vista material e económico. Os laços e as relações familiares e de parentesco que estão na sua base e que são o seu fundamento “são esquecidos”, o que leva a que em última análise outros agregados populacionais como sejam os quartéis, internatos ou conventos... possam ser considerados agregados familiares.

tesco dificilmente a poderemos delimitar e estaremos, como refere Yanagisako, a partir do princípio que a reprodução é a sua função primária, quando estas *"são inegavelmente mais do que procriação e socialização. São também, produção, troca, poder, desigualdade e status."* (YANAGISAKO,1979:199).

Consideramos que cada um destes conceitos - "família", "agregado familiar" - é insuficiente ou demasiado vago para traduzir, por si só, as unidades sociais que pretendemos analisar. Paralelamente, os objectivos do estudo não nos permitem hierarquizar ou ignorar uma ou mais das diferentes dimensões (reprodutivas, económicas, simbólicas, políticas, residenciais, de parentesco...) contidas nestas unidades sociais, de modo a utilizar exclusivamente um conceito em detrimento dos outros, consoante a temática que se aborda².

Assim, chegamos a um impasse e talvez não haja outra alternativa senão concordar com YANAGISAKO (1979:191) quando este defende que o conceito de família e o de agregado familiar, deverão ser apenas conceitos "ad hoc", como, por exemplo, os termos de casamento e parentesco.

Mas, nesse caso, como poderemos alguma vez estabelecer comparações entre os dados da nossa análise e dados sobre o mesmo contexto ou sobre contextos similares, ou não, provenientes de outras fontes?

Com extremo cuidado, tendo consciência em cada caso daquilo que se pretende comparar, é possível estabelecer "pontes" utilizando os "instrumentos de trabalho" disponíveis. Afinal, não temos alternativas a propor à utilização dos conceitos que aqui questionamos, e conhecer as suas limitações não inviabiliza a sua utilização, apenas contribui para que a investigação seja mais crítica e cuidada.

Assim, a nossa opção conceptual é de partir do agregado familiar para chegar à família, elegendo esta última, sem a definir de forma precisa, como unidade de análise da nossa investigação. Não podemos prescindir do conceito de agregado familiar, pois a realidade social que traduz, facilmente apreensível à investigação empírica, dada as suas características materiais, permite-nos (eventualmente) chegar à família, entidade bastante mais fluida no tempo e no espaço e inconstante nas suas formas, mas, dentro da qual, poderemos vir a apreender as relações e dinâmicas que as estratégias de sobrevivência e de reprodução em curso implicam.

Estamos conscientes de que esta opção teórica acarreta uma série de dificuldades, nomeadamente ao nível da análise empírica. Como é que delimitamos as fronteiras das famílias?

Por exemplo, no trabalho de campo de 1999 e em trabalhos anteriores (COSTA,1995) constatamos que várias famílias mantinham as suas terras de cultivo (machambas) nas zonas rurais e que se deslocavam com regularidade até lá, aí permanecendo uns tempos, para as cultivarem e assim obterem produtos para venda ou auto consumo. Quando se deslocavam para o campo levavam produtos da "cidade" para os parentes que aí residiam e que tomavam conta das terras na sua ausência. Esta troca e entre-ajuda contribui para a sobrevivência dos familiares que residem no campo e dos que residem na cidade. Será que devemos considerar todos os beneficiários destas trocas como membros de uma família ou só alguns?

Por enquanto ainda não temos resposta a esta questão mas consideramos preferível, apesar das dificuldades e riscos que isso acarreta, utilizar uma unidade de análise "aberta" do que condicionar a investigação utilizando conceitos redutores e que não se aplicam ao contexto e à problemática em questão.

Em conclusão, podemos afirmar que elegemos a família como unidade de análise, pois consideramos que quer as dinâmicas que se processam no interior dos agregados familiares, ou entre estes e o exterior, quer as identidades sociais que aí são constituídas, podem ser interdependentes de importantes relações, de diversa ordem, com membros da família que por definição não pertencem ao agregado. E, só a percepção da totalidade destas relações que nos pode ajudar a compreender a problemática que nos propusemos investigar: estratégias de sobrevivência e reprodução de famílias na periferia de Maputo e de Luanda.

² Pode-se refutar este argumento considerando que é possível hierarquizar as diferentes dimensões, destacar as de maior relevância face a um dado contexto e aos objectivos da análise e, a partir daí, fazer uma opção conceptual. Por exemplo, Loforte faz esta operação e opta pelo conceito de unidade doméstica pois *"(...) esta unidade, enquanto lugar de pertença dos indivíduos, de produção, de consumo e gestão de bens comuns, tem mais relevância do que os laços de identificação familiar."* (LOFORTE,1996:74)

1.1. Proposta de tipologia

Tendo em conta todas as dificuldades conceptuais já referidas, apresentamos, desde já, uma proposta de tipologia de famílias. A tipologia permite-nos obter uma primeira organização dos dados empíricos, necessariamente provisória, pois o aprofundamento do trabalho de campo levará, certamente, a uma reclassificação das famílias em função de novas informações³. Assim a nossa proposta é a seguinte:

- *Famílias monoparentais*, por pai e filhos³, ou mãe e filhos.
- *Famílias nucleares*, formadas por pai, mãe e filhos. Consideramos, igualmente, como pertencentes a esta categoria, famílias de casais sem filhos.
- *Família extensas patrilineares*, quando os filhos casados continuam com as suas mulheres e respectivos filhos a "pertencer" ao grupo do pai;
- *Família extensa matrilinear*, composta pelos cônjuges e pelas respectivas filhas casadas com os seus maridos e filhos.
- *Família alargada*, consideramos como fazendo parte deste tipo as famílias com qualquer composição diferente da anterior

2. CONCEITO DE ESTRATÉGIA

No estudo de estratégias de sobrevivência e reprodução de famílias utilizamos o conceito de estratégia e, à semelhança com o que fizemos com o conceito de família, queremos aqui levantar algumas questões para depois definirmos o sentido em que o empregamos na nossa análise. Consideramos que isto se justifica pois este termo tem tido uma utilização recorrente em ciências sociais sem, na maior partes dos casos, haver a preocupação de lhe precisar o sentido. O conceito de estratégia tem sido empregue para designar conjuntos de acções desenvolvidas por indivíduos particulares, grupos sociais, instituições, estruturas de diverso tipo, etc. E, se de um modo geral, este conceito, pressupõe escolha entre alternativas, intencionalidade "consciente" e "racional", também é verdade que se fala de estratégias inconscientes, por exemplo, em relação a crianças ou a doentes mentais. Paralelamente, certo tipo de acções aparentemente "incoerentes" ou "irracionais", podem ser, à posteriori, consideradas estratégias, quando são analisados os contextos (políticos, sociais, culturais, psicológicos...) em que estas foram desenvolvidas e que por isso lhes dão sentido.

Por outro lado, como refere CROW (1989:2), uma das dificuldades da apreensão do conceito no sentido acima referido (conjunto de acções articuladas de forma coerente e espelhando um qualquer tipo de racionalidade) prende-se com a unidade que se quer analisar e aqui a questão é a de saber, até que ponto, entidades sociais colectivas, como famílias, podem ser tratados como actores sociais ou como entidades homogéneas, capazes de expressar nas suas acções uma atitude racional colectiva e não individual.

As famílias não são entidades homogéneas, são associações de indivíduos e as estratégias que desenvolvem (sejam de trabalho, de sobrevivência, ou outras) resultam de um processo dinâmico que pode implicar diversos tipos de conflitos, de negociações e de consensos, entre os membros que o compõem. E aquilo que à priori consideramos como estratégias de famílias, podem ser estratégias individuais, isto é, estratégias que derivam da vontade de indivíduos particulares no seio da família e que estes impõem aos outros. Neste caso, seria importante compreender até que ponto servem ou não os interesses da família..

Mas dificuldades de análise com que nos debatemos, devido ao facto das famílias serem mais do que a soma das suas partes mas menos do que um todo homogéneo, não nos podem impedir de reconhecer a existência de conjuntos articulados e coerentes de acções desencadeadas com vista a concretização de objectivos que servem os interesses da família enquanto tal. Essas acções, a sua articulação e coordenação, não podem ser só fruto de "felizes coincidências", de meros acasos, ou da repetição de formulas já testadas, mas resultam também de uma

³ É evidente que estamos a considerar os laços sociais e não a relação física (biológica). Este facto é importante pois, por exemplo, a adopção é ainda uma prática corrente entre os povos africanos.

avaliação realizada ao nível da família (por consenso, imposição, conflito ou negociação) dos recursos disponíveis, dos constrangimentos existentes e dos seus possíveis resultados. E é a existência de todo este processo, que pode, obviamente, não ser linear mas dinâmico, que permite classificar um conjunto de acções ou de práticas das famílias, como estratégicas.

Mas a questão da intencionalidade dos actores, do grau de consciência e de racionalidade que as suas acções traduzem, é uma questão complexa, e nem sempre é fácil determinar até que ponto estes estão conscientes das suas escolhas e de que estas resultam de opções deliberadas entre várias práticas possíveis.

Tentando contornar este problema, OLIVIER DE SARDAN (1998:127) considera que uma estratégia pode ser deduzida à posteriori pelo investigador, independentemente do facto de existir, ou não, uma intencionalidade consciente, por parte dos sujeitos da acção. Concordamos com este ponto de vista e consideramos que não é necessário que os sujeitos da acção tenham plena consciência de que um conjunto de práticas, por eles accionadas, constitui uma estratégia particular, para estas efectivamente o serem. É a coerência entre estas e a capacidade que têm de encadeadas, atingirem um objectivo determinado que as define como estratégicas ou não.

2.1. Estratégias de Sobrevivência e Reprodução

A definição de "estratégias de sobrevivência" não é tarefa fácil. O conceito tem sido utilizado de forma mais ou menos arbitrária e recorrendo essencialmente ao senso comum. Ele é aplicado nas descrições referentes ao quotidiano das populações do países africanos de uma forma que indica as diligências realizadas de modo a obter o sustento diário, pressupondo muitas vezes situações limite relativas à subsistência e referindo-se às mais diversas práticas.

Falar apenas de sobrevivência quando se trata de compreender as lógicas inerentes aos comportamentos e às práticas dos actores e grupos sociais, às formas de organizar o quotidiano no que toca às actividades económicas ou ao estabelecimento de redes e solidariedades, não nos parece suficiente.

A sobrevivência simples, a reprodução física e a satisfação das necessidades básicas, têm como pano de fundo uma lógica de reprodução, própria dos grupos sociais, que visa a perpetuação dos indivíduos e dos grupos e a melhoria das suas condições de existência.

A reprodução implica pelo menos dois níveis distintos de análise: a reprodução física (sobrevivência)⁴ e a reprodução social. Quando se fala simplesmente em estratégias de sobrevivência, apenas estará implícita (ou pelo menos em maior grau) a reprodução física simples. No entanto, uma e outra asseguram-se mutuamente, i.e., nem a reprodução social poderá ser levada a cabo sem que se verifiquem as condições de reprodução fisiológica nem estas poderão ser concretizadas sem que exista toda uma preocupação com a reprodução social.

Tendo como pressuposto que o conceito de estratégia de sobrevivência inclui os objectivos da reprodução, este torna-se mais claro e permite uma melhor compreensão da necessidade de utilização do termo *estratégia*: a reprodução implica um esforço mais elaborado, de objectivos mais amplos e menos imediatos. Uma estratégia pressuporá o recenseamento, por parte dos indivíduos, dos meios disponíveis, uma clarificação dos seus fins e uma adaptação entre uns e outros (LAUTIER,1995), mesmo que todo este processo não seja intencional em termos racionais ou que não seja possível identificar, à partida, uma intencionalidade ou um sentido estratégico.

Os recursos a apropriar através das estratégias diferem com os contextos. Segundo Bourdieu, as estratégias de reprodução têm pesos diferentes nas diferentes sociedades porque dependem da objectivação do capital⁵, da natureza e composição do capital a transmitir e do estado dos mecanismos de reprodução disponíveis.

4 Ver a distinção que C. MIRAS prefere utilizar entre a reprodução simples (subsistência) e a reprodução alargada (enriquecimento, promoção social). É de notar que na reprodução simples não estão postas de lado as condições de geração de riqueza ou de promoção social. (MORICE:1987)

5 A noção de capital em Bourdieu é colocada sob a forma de um recurso que representa riqueza e pode apresentar-se sob diversas formas: capital económico (nos seus vários géneros), capital cultural ou capital informacional (nos seus diferentes géneros); duas formas de capital fortemente relacionados: capital social (recursos baseados em relacionamentos e associação a grupos) e capital simbólico (a forma que os diferentes tipos de capital tomam quando são percebidos e reconhecidos como legítimos); c.f. CALHOUN, Craig(1993) "Habit, Field and Capital: the question of historical specificity", in: CALHOUN, C. et all (org.) Bourdieu: Critical Perspectives, Cambridge: Polity Press

Ainda segundo o mesmo autor nas sociedades pré-capitalistas, ou em transição, por exemplo, o capital é menos objectivo (e as estruturas objectivas - mercado de trabalho, trabalho assalariado, instituições estatais, violência legítima das regras do direito - estão pouco desenvolvidas) e codificado, o que leva os actores a produzir trabalho contínuo de manutenção das relações sociais (capital social e simbólico - relações sociais, estatuto, prestígio).

As diferenças entre as sociedades verificam-se também nas diferentes disposições à reprodução e estas podem encontrar apoio (I) nas estruturas familiares (caso das sociedades pré ou proto capitalistas), (ii) nas estruturas do mundo económico (caso das sociedades capitalistas).

Nas sociedades pré-capitalistas a perpetuação das relações sociais repousa sobre o *habitus*⁶. A manutenção das relações sociais e a responsabilidade de gestão das mesmas são atribuídas à família, orientada pela tradição. Aqui o *habitus* é do tipo comunitário, estruturado pelos princípios da solidariedade, da hierarquia, da identidade colectiva e da repressão correlativa das pulsões individualistas.

A precariedade das condições de existência leva à inevitabilidade da manutenção dos indivíduos na dependência das solidariedades comunitárias porque estas são a única segurança/protecção social.

As estratégias de reprodução repousam sobre o *habitus* e sobre o inédito, exigindo um trabalho de reinterpretação e de articulação. O *habitus*, matriz de disposições, é o princípio gerador de práticas.

- As estratégias de sobrevivência podem ser distinguidas nas seguintes categorias (CREIGHTON & OMARI:1995:8):
- estratégias tendo como objectivo a geração de recursos quer através do aumento do fornecimento de trabalho para a economia, *quer* da produção autónoma quer da circulação de transferências de rendimentos;
- estratégias de melhoria da eficiência de recursos existentes;
- estratégias relacionadas com a família extensa e com a migração

As estratégias de sobrevivência e reprodução são um conjunto de lógicas e práticas articulando o tradicional e o moderno, resultantes das transformações e readaptações das sociedades a novos contextos, centradas na família como grupo de organização e gestão das mesmas e implicando uma dispersão dos recursos, actividades e redes de relações.

Em meio urbano africano, a articulação entre tradicional e moderno, revela-se nos mais diversos aspectos (LE BRIS:1987), nomeadamente na generalização do modelo da família alargada (compromisso entre a família extensa do meio rural e a nuclear do tipo ocidental); no facto de a cidade moderna não induzir à privatização dos modos de vida e pelo contrário tornar necessária a manutenção de solidariedades que se traduzem, por exemplo, na importância das relações familiares (especialmente devido à precariedade das condições de existência) e no facto de a estrutura de emprego favorecer a associação de actividades de tipo moderno e informais em moldes originais.

As estratégias de sobrevivência recorrem a este tipo de articulação, de *bricolage* entre o "tradicional", o *habitus* e as situações inéditas, decorrentes da modernidade e das conjunturas diversas.

Estratégias e família

Por encontrarem apoio nas estruturas familiares, as estratégias de reprodução em meio urbano africano apelam à manutenção da família como grupo de definição e de gestão de estratégias.

Segundo MAFEJE (1991:38) nos países em desenvolvimento, as famílias, põem em comum os recursos por uma questão de necessidade económica (mais do que por uma questão afectiva). Ao fazerem isto, os membros aumentam as suas possibilidades de sobrevivência. Nas condições em que se encontram a agricultura e a indústria em África, não seria possível a reprodução das famílias sem que houvesse este *pooling* de recursos.

⁶ Sistema de disposições inculcadas pelas condições materiais de existência e pela educação familiar. É o princípio gerador e unificador das práticas, que por sua vez reproduzem estruturas que modelam o *habitus* (BOURDIEU: 1972)

Para que sejam analisadas de forma aprofundada, as estratégias deverão ser entendidas no contexto da organização interna da família. De qualquer modo, e apesar de os diferentes membros poderem ter interesses diferentes, o bem-estar colectivo da família também lhes traz vantagens e isso tem sido demonstrado pelo facto de as famílias representarem o recurso básico para fazer face ao ambiente político, social, económico, rural ou urbano, e o recurso à rede familiar é ainda mais notório entre as camadas mais pobres e na ausência de sistema de protecção social.

Para ROBERTS (1994:6) as estratégias familiares são os princípios implícitos que guiam os membros das famílias quando procuram o bem desta, quer de sobrevivência quer de mobilidade social. Nos países em desenvolvimento, as estratégias familiares, apoiadas nas actividades informais, têm servido como base de sobrevivência económica no decurso da urbanização acelerada. Nas estratégias familiares, a acção dos indivíduos é influenciada por asserções normativas sobre as obrigações dos membros e por princípios partilhados quanto às prioridades familiares. Isto não exclui que existam interesses diferentes em relação a cada um dos indivíduos, baseados no estatuto familiar, no género, na geração. A permanência de estratégias familiares prende-se com o facto de os membros do agregado poderem tirar vantagens do aumento do bem-estar colectivo.

As estratégias familiares, podem ser definidas e postas em prática pela família em graus diferentes. Roberts aponta, baseando-se no modelo de Tilly e Scott, a gradação que existe entre uma maior e menor coordenação das estratégias por parte da família. As estratégias baseadas numa economia familiar (empresa comum à família) são as que exigiriam uma maior coordenação, seguindo-se das estratégias baseadas numa economia família-salário (existência de assalariados na família) e por último as estratégias baseadas numa economia família-consumidor (as contribuições dos membros não são necessárias à sobrevivência; os rendimentos extra servem para aumentar o consumo).

Um exemplo baseado naquilo que foi observado na Tanzânia, mostra que as estratégias se prendem fundamentalmente com o aumento do fornecimento de trabalho (envolvimento do maior número possível de membros da família em actividades económicas, o que permite uma intensificação e diversificação da geração de recursos por parte das famílias). No entanto, apesar de ser esta a estratégia central das famílias, as outras formas também são desenvolvidas: verifica-se a existência de medidas para aumentar a eficiência dos recursos existentes (por exemplo através da redução da qualidade e quantidade de alimentos consumidos, partilha de alojamento, utilização de combustível mais barato) e o recurso às redes do parentesco e à migração (trocas de produtos e serviços com o meio rural, migrações) (ROBERTS,1994:9, 10).

De qualquer modo, existe consenso em considerar que a família é o pilar central para lidar com a crise e que a cooperação familiar é um mecanismo de sobrevivência essencial. As estratégias familiares não se apoiam apenas nesta concentração de esforço e recursos no grupo. Servem-se de um princípio de dispersão dos membros e das actividades geradoras de rendimento, possibilitando, assim, uma multiplicação das oportunidades.

As actividades económicas de tipo moderno e informal são associadas para a reprodução e, nos casos mais favoráveis, para a promoção do grupo familiar.

A dispersão implica, objectivamente, um conjunto de práticas que integram actividades económicas, redes de solidariedade e outras formas de obtenção de recursos e serviços e que se estendem aos mais variados campos possíveis de forma a potenciar as possibilidades.

As práticas que se desenvolvem nos diferentes campos de actividade articulam-se de forma relativamente coerente o que justifica que as qualifiquemos de estratégias. Respondem a uma lógica dominante que é sempre de preservação das vantagens adquiridas e de acumulação do capital (material e simbólico).⁷ E mais uma vez reforça-se a ideia que estas práticas não visam apenas a sobrevivência das famílias mas constituem, na sua essência, estratégias de mobilidade social ascendente, i.e., práticas voluntárias e finalizadas, implicando a análise das situações e a sua exploração optimal com vista a maximizar as vantagens. Mobilizam certos elementos reinterpretados

⁷ Isto prende-se com a situação dos imigrantes mais antigos, inseridos na economia moderna e no modo de vida urbano. Os novos migrantes dedicam mais tempo à gestão das formas de sociabilidade tradicional às quais estão mais ligados na medida em que possibilitam a obtenção de recursos e serviços, materiais e simbólicos dificilmente conseguidos através das actividades profissionais.

da tradição mas são sobretudo respostas activas e inéditas a situações sociais, económicas e políticas que impõem novas soluções.

Parece existir acordo entre os especialistas em englobar nas estratégias de sobrevivência das famílias (POTTS, 1997) em África pelo menos as seguintes práticas:

- aumento das actividades no sector informal
- a pequena produção agrícola
- a criação de novos modos de acesso a serviços ou a adaptação à sua ausência
- o reforço e adaptação das relações campo-cidade

Solidariedades

Inseridas nas estratégias de sobrevivência e de reprodução, como forma de dispersão das possibilidades das famílias, a criação, reforço e manutenção de redes de solidariedade são tarefas importantes delegadas à família, ao grupo e aos indivíduos. Inseridas numa estratégia de dispersão, as redes de solidariedade atravessam múltiplos e variados grupos e classes sociais e múltiplos e variados campos.

O estabelecimento de solidariedades, por se tratar de um exercício de dispersão mais ou menos racionalizado, não é arbitrário. Como factor de escolha e de investimento, estão sempre presentes as possibilidades oferecidas ao indivíduo, aos grupos que as geram e perpetuam. Os laços solidários estão na base das actividades de reprodução do grupo e da estratégia de desenvolvimento (promoção social da família) (DEI,1992:187). Para sobreviverem, os grupos transportaram, reinterpretando, as regras da solidariedade rural, constituída por múltiplas formas não institucionalizadas de segurança social (idem:193).

As solidariedades em África, originárias dos sistemas tradicionais podem constituir também um factor importante de integração na modernidade porque representam locais de segurança livremente escolhidos (LOCOH:1993:220).

Aquilo que nos parece ser importante realçar relativamente às estratégias de sobrevivência e reprodução em África prende-se essencialmente com:

- papel central que ocupa a família na orientação e gestão das estratégias
- a importância que têm as redes de solidariedades
- a dispersão das actividades e fontes geradoras de recursos e serviços

A articulação do *habitus* (do tradicional) com as situações inéditas (sejam estas o advento da modernização, sejam a sobrepopulação, a guerra, a insegurança) permite às famílias a adaptação às transformações que ocorrem aos mais diversos níveis, através da elaboração de estratégias apoiadas em quadros de referência e lógicas tradicionais.

A originalidade africana em relação às estratégias situa-se no facto de elas:

- resultarem das estruturas sociais e dos sistemas de representações, de patrimónios culturais e históricos específicos, constitutivos da tradição africana
- serem determinadas pelas situações materiais objectivas inéditas oscilarem entre dois pólos de um mesmo campo de forças - tradição e modernidade
- desdobrarem-se simultaneamente em várias temporalidades assim como a diversos níveis da realidade social (relações domésticas, relações de parentesco, de aliança, de vizinhança e de trabalho, relações intra e inter-étnicas, relações com as instituições globais e com o aparelho do Estado (LE BRIS, 1987).

As estratégias transformam-se e adaptam-se às conjunturas existentes. As estratégias de sobrevivência e de reprodução a que recorrem os Luandenses, por exemplo, desde os anos 80, passam em diversas épocas por diversas formas e práticas associadas. No período a seguir à independência (RELA, 1992) dominam as trocas institucionais, as trocas individuais, o mercado paralelo (abastecido pela pequena produção privada, autoconsumo,

empresas estrangeiras, desvios maciços), o apoio familiar, a solidariedade individual, os esquemas. Nos anos mais recentes (ADRA, 1993) assiste-se ao predomínio das actividades no sector informal, à intensificação de culturas alimentares, de serviços, à diversificação das actividades na família, às solidariedades, às migrações e à proliferação de um conjunto de actividades consideradas ilegais. Actualmente e em termos gerais, as práticas relativas à sobrevivência prendem-se com as actividades do sector informal e com a criação e reforço de redes de solidariedade assentes em novos pressupostos como a religião, as relações de vizinhança, as associações.

Uma tentativa de sistematização das práticas ligadas à sobrevivência fornecer-nos-ia uma panorâmica do estado geral actual mas, por outro lado, evidenciaria as dificuldades inerentes à categorização das práticas, quer segundo os actores envolvidos, quer segundo a tipologia a utilizar para cada uma das actividades implicadas, como está bem patente no levantamento realizado acerca do contexto de Luanda (ADRA et al, 1993).

Práticas ligadas às estratégias de sobrevivência da população⁸

Individuais	Comércio informal, empregos múltiplos, migrações diversas, auto-consumo, actividades criativas das crianças, trabalho de menores, poligamia, prostituição, roubo/banditismo, candonga/garimpo, camanga, recepção de ajuda, inscrição múltipla em cozinhas comunitárias, mendicância
Familiares	Actividade no sector informal, intensificação de culturas alimentares, aproveitamento de novos vegetais para a alimentação, aluguer de compartimentos de casa, diversificação das actividades na família, cozinhas comunitárias, diminuição quantitativa e qualitativa das refeições, solidariedade, prostituição, poligamia, abandono/venda/entrega de menores
Comunitárias	Solidariedade, migrações em conjunto, actividade "coordenada" do sector informal, dependência da ajuda, reconversão das actividades, desenvolvimento da capacidade de adaptação
De Grupo	Grupos fictícios, reconversão de actividades, delinquência, prostituição e criminalidade organizadas

Uma forma mais objectiva de análise das diferentes estratégias desenvolvidas debruçar-se-á certamente sobre casos mais específicos, realidades mais bem circunscritas, por forma a tentar dar uma visão mais precisa e permitir compreender encadeamentos importantes. Dito de outra forma, um estudo dirigido a casos concretos, como seja a análise em profundidade de famílias, poderá trazer melhores resultados no que respeita ao entendimento do fenómeno relativo às estratégias de sobrevivência e reprodução.

O quadro que seguidamente se apresenta, resultante da análise (ainda provisória) do trabalho de campo realizado em 1999, relativo a um conjunto de 23 famílias do bairro de Mafalala na periferia da cidade de Maputo, apresenta um conjunto de dados demonstrativos de algumas das estratégias de sobrevivência utilizadas.

⁸ No original, o título do quadro utiliza o termo Estratégias de Sobrevivência que preferimos não utilizar pelas razões expostas ao longo do texto

QUADRO Nº2

Famílias	Trocas	Vendas cidade-campo	Actividade "formal" no activo ou reformado)	Actividade "informal"	Machamba	Imigrantes
Nº1	Sim	Sim	1 é mecânico na Toyota	1 vende lenha em casa 2 arranjam motas no quintal 2 trabalham na machamba	Sim (duas)	
Nº2			1 é funcionário público, 1 é engenheiro em Nairobi 1 é técnica do M. Educ.	1 (Nairobi)		
Nº3			1 é reformado (lixo CMM)	1 Constrói casas		
Nº4		Sim	1 recebe pensão viuvez 1 é empregada doméstica	1 Venda de carvão		
Nº5			1 é segurança 1 é empregado de loja	1 trabalha na machamba	Sim	1 (RAS)
Nº6	Sim	Sim	1 é segurança de Empresa	1 vende petiscos em bares	Sim	
Nº7		Sim	1 é barbeiro 1 é escriturário	1 Carpinteiro 1 Vendas malas e roupa em casa		
Nº8		Sim	1 é encarregado obras	1 faz construção de casas 1 é Curandeira 2 vendem à porta de casa coisas variadas		
Nº9	Sim	Sim		2 vendem no "bar" em casa 1 trabalha na machamba	Sim	
Nº10		Sim	1 é reformado	1 venda de carvão na estrada		
Nº11		Sim		1 Vende no mercado		1 (RAS)
Nº12		Sim	1 é escriturário por conta própria	1 é cabeleireira em casa 1 trabalha na "banca?" 1 é reformada		1 (RAS)
Nº13	Sim	Sim	1 Electricista 1 vende à porta de casa	2 são curandeiros	Sim	
Nº14	Sim		1 Reformado 1 Engenheiro.	1 é professor em casa 1 é condutor de "chapa"	Sim	1 (RAS)
Nº15		Sim	1 é Padre de Mesquita e mecânico na reforma 1 faz limpezas 1 é electricista CF	1 tem oficina de carpintaria 2 vendem à porta de casa 1 faz biscates em electricidade		1 (RAS)
Nº16				1 é curandeiro 1 faz biscates em electricidade		
Nº17				2 são curandeiros		
Nº18	Sim			1 biscates ? 1 trabalha na machamba		Sim
Nº19	Sim		1 é dono de uma carpintaria 1 é contabilista de padaria	1 trabalha na machamba	Sim	1 (RAS)
Nº20			1 é motorista 1 é mecânico			
Nº21			1 é dono de oficina			
Nº22	Sim		1 é Pastor Zione	2 trabalham na machamba	Sim	
Nº23	Sim	Sim	1 recebe subsídio do INAS 1 é Motorista na RAS	1 vende à porta de casa 1 trabalha na machamba	Sim	1 (RAS)

Em 18 das famílias, há um ou mais dos membros com uma actividade "formal" desenvolvida em meio urbano (sem considerar aqui a actividade agrícola em machambas familiares) ou na reforma (com pensão) e, em 16 dessas famílias, existem pessoas a desenvolver outro tipo de actividades geradoras de rendimentos. 11 destas famílias têm bancas de vendas dos mais variados produtos à porta de casa ou vendem noutros locais "informais" (bares informais ou na estrada); 8 desenvolvem outro tipo actividades em casa (são curandeiros, tem pequenas oficinas...) e 10 beneficiam de produtos agrícolas provenientes de machambas exploradas directamente por eles ou por outros familiares residentes no campo e 8 têm membros da família emigrados. No conjunto das famílias

entrevistadas, apenas 4 declararam que viviam somente de rendimentos provenientes de trabalho no chamado sector formal da economia urbana.

Estas estratégias, que implicam a dispersão económica e geográfica dos membros de uma família, são essencialmente estratégias de risco (e que espelham a situação de crise e de mudança de que são resultantes) pois contêm em si, simultânea e paradoxalmente, os factores que possibilitam a sobrevivência e a reprodução da família e os factores que contribuem para a sua desagregação.

Para sobreviverem e para se reproduzirem socialmente, em situação de crise económica e social, as famílias tem de diversificar as suas fontes de rendimento e as suas redes de solidariedade. Por isso, não só dispersaram os diferentes membros por diferentes actividades produtivas, como, o facto de estas se desenvolverem em espaços diferentes (geográficos e não só), possibilita a inserção em diferentes redes sociais (e/ou o facto de estarem inseridos em redes sociais diferentes permite o acesso a fontes de rendimento diversificadas). Simultaneamente, existem alguns elementos "pivot", (itinerantes) que circulam entre alguns destes diferentes espaços, inserindo-se em diferentes redes, estabelecendo os elos de ligação indispensáveis e alguns níveis de coordenação, entre o conjunto complexo destas relações sociais e actividades económicas. Mas essa dispersão é uma ameaça constante à coesão do grupo, pois os núcleos dispersos podem autonomizar-se, e por isso estas estratégias são, na sua própria essência, estratégias de risco.

BIBLIOGRAFIA

- ADRA (1993) *Pobreza e Crise Social em Angola*, relatório final, Workshop da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Banco Mundial e Secretaria do Estado do Planeamento, Luanda: ADRA
- BENDER, D. (1967) "A refinement of the concept of household: families, co-residence, and domestic functions" in *American Anthropologist* 69, pp. 493-503.
- BOURDIEU, P. (1972) "Les Stratégies Matrimoniales dans le Système de Reproduction", *Annales E.S.C.*, Famille et Société, 27e année, 4-5, pp.1105-1127
- BRYCESON, D. F. (1995) "Gender relations in rural Tanzania: power politics or cultural consensus" in, CREIGHTON, C.(ed.), *Gender, Family and Household in Tanzania*, Aldershot, etc.: Avebury, pp.37-69
- COSTA, A. B. (1995) *"Estudo de famílias deslocadas na cidade de Maputo: análise das relações e comportamentos sócio-económicos"* Dissertação de Mestrado, Lisboa, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e Empresas (ISCTE)
- CREIGHTON, C. & OMARI, C.K.(1995) "Introduction", in: CREIGHTON, C.(ed.), *Gender, Family and Household in Tanzania*, Aldershot, etc.: Avebury, pp.1-31
- CROW, G. (1989) "The use of the concept of 'strategy'" in *Sociology*, vol.23, nº1, pp.1-24
- LOFORTE, A. M.(1996) *"Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique"*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e Empresas (ISCTE)
- LAUTIER, Bruno (1995) "Cycles de vie, trajectoires professionnelles et stratégies familiales" in: CABANES et all (orgs.) *Salariés et entreprises dans les pays du sud: Contributions a une anthropologie politique*, Paris: Karthala-ORSTOM, pp.335-358
- LE BRIS, E. et all (orgs.)(1987), *Famille et résidence dans les villes africaines*, Paris: L'Harmattan
- LOCOH, Thérèse(1993) Formes Modernes et Traditionnelles de Solidarité, in: CHASTELAND, J.-C. et all.(eds.) *Politiques de Développement et Croissance Démographique Rapide en Afrique, Actes de la Conférence Internationale "Développement et Croissance Rapide: regards sur l'avenir de l'Afrique"*, INED: Congrès et Colloques, nº13, pp.215-234
- MAFEJE, Archie(1991) *"African Households and Prospects for Agricultural Revival in Subsaharan Africa"*, Working Paper 2/91, CODESRIA
- MORICE, A. (1985) "A propos de l'«économie populaire spontanée»: pour une vision socio-politique de la reproduction urbaine", *Politique Africaine*, 8, pp.114-124
- POTTS, Deborah(1997) "Urban Lives: adopting new strategies and adapting rural links", in: RAKODI, C. (org.) *The Urban Challenge in Africa: growth and management of its large cities*, Tokyo, etc.: United Nations University Press, pp.447-49415. RELA, J.M. Zenha (1992) *Angola: entre o presente e o futuro*, Lisboa: Escher
16. ROBERTS, B. (1994) "Informal Economy and Family Strategies", *Journal of Urban and Regional Research*, Vol.18, nº1, pp.6-23
- OLIVIER de SARDAN, J., P., (1998) *Anthropologie et Développement*, Paris, Karthala
- YANAGISAKO, S. J. (1979) "Family and household: the analysis of domestic groups" *Annual Review of Anthropology*, Vol.8, pp. 161-205